

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA
Revista Eletrônica

MULHER, VIOLÊNCIA E SAÚDE: UM ENSAIO SOBRE AS EVIDÊNCIAS

GLEIDE REGINA DE SOUSA ALMEIDA OLIVEIRA,

Mestranda do Curso de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil. E-mail: gleideenf@gmail.com

REGINA LÚCIA MENDONÇA LOPES

Doutora, Professora Titular do Departamento de Enfermagem Comunitária, Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

Resumo: A violência contra a mulher apresenta-se como um dos grandes eixos de atuação na formulação de políticas públicas que envolvem a assistência à saúde devido ao seu impacto neste setor. Este ensaio tem como objetivo destacar algumas evidências relacionadas à violência contra a mulher e saúde, podendo elucidar algumas questões referentes às políticas públicas elaboradas para este problema social. Para envolver as mulheres num processo real de rompimento da violência, as políticas públicas precisam estar inseridas num contexto de rede, de completo atendimento a mulher fortalecido pelos conceitos de ética social e melhoria dos relacionamentos interpessoais

Palavras-chave: Violência; mulher; saúde pública; políticas públicas

WOMEN, VIOLENCE AND HEALTH: AN ESSAY ON THE EVIDENCE

Abstract: Violence against women is presented as one of the main areas of expertise in the formulation of public policies involving health care because of their impact in this sector. This essay aims to highlight some evidence related to violence against women and health, and may clarify some issues related to public policies designed to this social problem. To involve women in a real process of disruption of violence, public policies need to be inserted in a network context of complete care for women strengthened by the concepts of social ethics and improvement of interpersonal relationships.

Keywords: Violence; women; public health; public policy



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

laboreuerj@yahoo.com.br
www.polemica.uerj.br

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA
Revista Eletrônica

CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA

A violência é um fenômeno cada vez mais visível em todos os âmbitos da vida, sendo definida como uso da força física, psicológica ou intelectual para coagir outra pessoa a fazer algo que não está com vontade, restringindo e tolhendo a liberdade¹. Pela sua complexidade de causas, consequências e as suas manifestações no cotidiano das pessoas, a violência tornou-se um objeto de estudo em destaque.

As manifestações de violência constituem um fenômeno que, através dos tempos, tem afetado todas as sociedades e é resultante de estruturas, relações e contradições da vida urbana e rural². A violência afeta o cotidiano da população, interferido na maneira de viver e relacionar-se com os outros.

Esta desagregação das relações sociais é resultante da estrutura econômica e política do Estado e dentre seus efeitos mais importantes está o de induzir o funcionamento automático do poder. As violências monopolizadas fundam-se na aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos, e não no próprio indivíduo³.

O prejuízo relacionado à desagregação das relações sociais torna-se aparente no momento em que a vontade de uma pessoa se defronta com o desejo de outra, expressando poderes desiguais instituídos ou não.

No contexto desta área de conhecimento vêm se desenvolvendo estudos e projetos de intervenção voltados para a prevenção e reabilitação de agravos devido à violência. Entretanto, enfatiza-se a necessidade de estudos que não apenas abordem as consequências físicas e patológicas da violência, mas suas multicausalidades e as intervenções sobre o fenômeno no contexto do sistema de saúde².



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
laboreuerj@yahoo.com.br
www.polemica.uerj.br

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA
Revista Eletrônica

A sociedade encara a violência como problema social, sendo que grande parte de tal situação foi provocada por ela própria. A sociedade reduz as condições históricas estruturais à responsabilidade pessoal dos grupos dos excluídos, culpabilizados pela sociedade e principalmente pela mídia.

Desta forma, a violência não constitui direta e necessariamente uma consequência da pobreza, nem é tampouco uma reação natural de pessoas originalmente pobres. Ela pode ser entendida como resultado de uma política econômica destituída de compromisso ético, em que a elite e o Estado se furtam a resolver o problema da distribuição de renda e da prestação de serviços fundamentais para a vida³. A violência, portanto, é vista como uma construção política, resultado do confronto de jogos de interesses na vida social.

A repressão se configura na maneira de impedir que as classes dominantes sejam atingidas nos seus objetivos econômicos e sociais, mantendo, portanto a sua hegemonia frente à sociedade, contribuindo para a desigualdade de distribuição de renda cada vez maior e menos igualitária.

Para o autor o que está havendo no Brasil é uma dramatização da violência, através da qual se constrói uma imagem maniqueísta da sociedade, na qual existem os “homens de bem” e os “homens de mal”. Estes servem para exorcizar os fantasmas da classe média que está cada dia mais assustada com a inflação, o desemprego, a perda de *status*, a crescente proletarianização e a queda do poder aquisitivo alcançado⁴.

É fundamental perguntar a que propósitos servem a dramatização da violência, não sendo suficiente mostrar a conexão entre violência e crime, com a sociedade de classes, bem como e a apropriação privada daquilo que é socialmente produzido. É preciso mostrar como as classes dominantes se aproveitam, através das mediações político-ideológicas, deste drama social em benefício próprio, isto é, em benefício da reprodução desse mesmo sistema gerador da criminalidade e garantidor de seus privilégios e hegemonia⁵.



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
laboreuerj@yahoo.com.br
www.polemica.uerj.br

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA
Revista Eletrônica

As desigualdades sociais sejam elas econômicas, raciais, de gênero são de alguma forma, garantida por um sistema de benefícios trazidos em decorrência desta permanência. A mulher manter-se submissa ao homem garante a maternidade, cuidados com o mundo privado e doméstico, gerando, assim, subsídios para que as atividades públicas e geradoras de renda permaneçam em condições de continuarem se desenvolvendo.

A importância em se analisar a violência enraizada na sociedade é compreender que as suas manifestações decorrem de atos primários da própria sociedade. A sua eliminação não depende somente dos atos repressivos e, sim, de políticas públicas que vislumbrem a prevenção através de diminuição da desigualdade de qualquer grupo social.

Em cidades ou países em que a violência e a sensação de insegurança do cidadão são altas, a população tem sua vida cotidiana e mobilidade afetadas. Perdem gradualmente os espaços públicos e cívicos, generalizando-se a urbanização confinada ao privado, que segrega ainda mais o social, espacial e temporal⁶. Esta situação não se limita apenas ao contexto violento das cidades, pois podem ser de origem estrutural e política. Entretanto, influencia na vida social da população, assim como interfere na saúde de acordo com a sua ampla definição.

Para a saúde coletiva o ser humano é um ser social e o entendimento deste ser se dá no contexto em que ele se define, ou seja, em suas afirmações, respostas, identificações e representações como vivenciadas no território geopolítico e cultura⁷. Assim, a violência deve ser abordada no âmbito da saúde pública, pois está inserida no cotidiano das populações. As morbidades e mortalidades em decorrência do quadro de violência se refletem nos estudos e nas tentativas de prevenção no setor saúde.

Este ensaio procurou, desta forma, destacar algumas evidências relacionadas à violência e saúde. A partir de discussões realizadas sobre a temática, poderão ser elucidadas algumas questões referentes às Políticas Públicas elaboradas para este problema social.



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

laboreuerj@yahoo.com.br
www.polemica.uerj.br

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA
Revista Eletrônica

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SAÚDE

As violências não afetam igualmente os indivíduos, nem se distribuem homogeneamente nos diferentes espaços sociais. Elas variam de intensidade ao longo do tempo, dependendo das condições sócio-históricas, econômicas, políticas e culturais⁸. Em relação a esta desigual distribuição, pode-se abordar a violência de gênero: ser homem ou ser mulher é muito mais uma questão que diz respeito aos modelos e às expectativas socioculturais sobre ambos os seres por parte de um dado grupo e época⁹.

A violência afeta o desenvolvimento pessoal e intelectual das mulheres. Em relação à violência doméstica, esta destrói o espaço que sempre foi considerado o mais seguro da sociedade, constituído de membros ligados entre si por amor, respeito e proteção.

A partir da década de 1980 no Brasil, a violência contra a mulher transformou-se em um dos grandes eixos de ação do movimento feminista no sentido assistencial, dando início à realização de parcerias com o Estado destinadas à formulação de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero.

Essa dinâmica encontra-se além das variáveis individuais, regida pela lógica da estrutura social predominante e articulada com as motivações que a cultura oferece aos homens e às mulheres ao se identificarem com o que se concebe enquanto lugares do masculino e do feminino na vida cotidiana e, em particular, na prática da violência⁹. Assim, o objetivo das ações governamentais é dar visibilidade ao problema e reivindicar que a violência sexista seja entendida como um problema social e político, exigindo intervenção do Estado com políticas públicas específicas.

Analisando as políticas de Estado em relação às mulheres, aponta-se seu caráter fragmentado, mais corretamente caracterizável como projetos e programas e não



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
laboreuerj@yahoo.com.br
www.polemica.uerj.br

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA
Revista Eletrônica

efetivamente como políticas de caráter mais global. As políticas públicas para as mulheres se reduziram a serviços de atendimentos, com expectativas de redes que infelizmente ainda não conseguiram atingir os objetivos propostos de integração e comunicação¹⁰.

Uma política eficiente de combate e prevenção à violência deve buscar ampliar as portas de entrada que permitam fortalecer a autonomia das mulheres para dar fim ao conflito, ou mesmo possibilitar, num nível ainda anterior, um processo de reconhecimento sobre a violência sexista¹¹. A mulher reconhecer que está vivenciando um ciclo da violência influencia nas suas decisões frente à continuidade deste processo e diminui os riscos negativos para esta mulher, tanto para a saúde, quanto para suas relações sociais.

A prevenção da violência e a insegurança do cidadão deve ser desenvolvida em duas dimensões: a objetiva, relacionada a atos concretos de violência e a subjetiva, ligada à percepção e a representação da violência pelos cidadãos¹². Reconhecer e tornar público a violência contra a mulher, depende da significação que a mulher tenha sobre violência.

Por sua vez, o sistema público de saúde é uma das áreas fundamentais na estruturação de uma política pública de prevenção e combate à violência contra as mulheres. A partir do final dos anos 1990, há um crescimento da proposta de se fortalecer o atendimento à violência contra as mulheres, o que demanda a qualificação dos profissionais, possibilitando a identificação e atendimento dos casos, o encaminhamento para os demais serviços, normatização dos procedimentos, notificação entre outros¹¹.

Assim, pode-se compreender que os variados tipos de violências articulam-se mais ou menos às causas estruturais, necessitando de investimentos de mais amplo espectro ou de uma atuação mais focalizada¹³.

A idéia central é que a maioria dos casos de violências reincidirá, com igual ou superior gravidade, se não houver alguma ação que interrompa sua dinâmica¹³. É o que ocorre na violência doméstica, especificamente a violência conjugal, que ocorre no



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
laboreuerj@yahoo.com.br
www.polemica.uerj.br

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA
Revista Eletrônica

ambiente privado, nas relações íntimas, em que a mulher sente-se desprotegida de direitos e de soluções para àquele contexto, sentindo-se desamparada, seja pela dependência econômica, seja pela relação afetiva, pelos filhos e familiares ou pela própria naturalização social da violência.

Em relação a esta análise, a violência contra as mulheres ainda não encontrou um adequado e profícuo canal de publicidade: não há ainda, um lugar social e um campo de intervenção e saberes que a reconheça como objeto seu. Assim como a linguagem do crime não expressa adequadamente toda a complexidade da violência doméstica e sexual, tampouco a linguagem da doença consegue este efeito¹⁴. É na atividade assistencial em saúde que é negociado o quanto se pode traduzir o sofrimento como doença, e os significados que isto pode ter nesta interação entre usuárias e profissionais de saúde. É ali, portanto, que o que foi vivido pode ser percebido como transgressão e violência, ou não, e que alternativas terapêuticas são negociadas ou impostas. Este momento de interação pode definir os próximos passos da mulher para o enfrentamento da violência.

Para envolver as mulheres num processo real de rompimento da violência, as políticas públicas precisam estar inseridas num contexto de rede e de completo atendimento a mulher, não a fragmentando em serviços de setores sem verdadeira eficácia de alguns.

As políticas públicas para as mulheres incididas pela violência devem ser entendidas como ações de Estado que, necessariamente, incluem um conjunto de elementos básicos, dentre os quais: devem ser garantidas por legislação nacional; precisam ser permanentes, coerentes e articuladas com os distintos poderes e diferentes esferas de governo (nos âmbitos federal, estadual e municipal) para garantia de sua eficácia. Devem ser elaboradas, portanto, considerando-se as demandas da sociedade e em diálogo com a sociedade; devem ser norteadas pelos princípios básicos dos direitos humanos; devem ter previsão orçamentária capaz de garantir recursos para a criação e a manutenção com qualidade dos



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
laboreuerj@yahoo.com.br
www.polemica.uerj.br

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA
Revista Eletrônica

serviços públicos; devem ser capazes de atuar na mudança de mentalidades e comportamentos na sociedade e no Estado¹⁵.

Para esta integração, o setor saúde torna-se fundamental para que as políticas públicas sejam efetivas, porém deve-se ter o cuidado para que a mulher não torne-se vítima também dos serviços de saúde, causando uma vivência de outra violência: a institucional, inserindo-se num círculo vicioso como se observa no parágrafo a seguir.

Ao chegar aos serviços de saúde, a mulher traz em si marcas visíveis ou não visíveis da violência que são incididas. É imprescindível para o profissional que assiste a vítima saber que a agressão nem sempre deixa marca corporal ou pode ser identificada por terceiros¹⁶. Esta situação retrata desta forma, comportamentos que corroem os fundamentos e os princípios da vida social e da solução de conflitos, demonstrando falta de humanização do atendimento e conseqüentemente do sentido de solidariedade entre as pessoas. O atendimento dos profissionais de saúde precisa ser fortalecido pelos conceitos de ética social, o respeito aos direitos das pessoas e melhoria dos relacionamentos interpessoais.

É necessário que ao abordarem o problema os serviços de saúde estabeleçam com a mulher uma escuta responsável, exponham para ela alternativas disponíveis em termos de acolhimento e intervenção, incluindo ativamente a mulher na responsabilidade pelo destino de sua vida¹⁴.

O encaminhamento para serviços especializados precisa ser realizado de forma bilateral, a mulher e o agressor, para que não possam ser interpretados pela mulher como um problema somente dela e vivenciarem a culpabilização pelo processo de violência.

A decisão compartilhada com a mulher em situação de violência é importante para considerar a mulher como um sujeito pleno.

Percebe-se, então, que a violência contra a mulher viola o direito de viver em liberdade, sem agressões, em clima de segurança e proteção. Desta forma, para as mulheres



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
laboreuerj@yahoo.com.br
www.polemica.uerj.br

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA
Revista Eletrônica

que vivenciam a violência, estão inseridas num contexto envolve caráter estrutural, como o patriarcado e sua expressão na cultura individual, além de conjunturas que facilitam e direcionam a execução de tais atos violentos.

Enfim, para o tema da violência contra a mulher, enfatiza-se a necessidade de que toda e qualquer política em relação a este tema se vincule ao fortalecimento da sua autonomia, elemento indispensável para que a violência sexista deixe de ser parte recorrente das relações entre homens e mulheres e das relações sociais de gênero.

COMENTÁRIO FINAL

O conjunto de aspectos apresentados neste ensaio reforça as evidências sobre o contexto do tema violência e saúde, especificamente a violência contra as mulheres. Permite-se dizer que não basta que os direitos dos indivíduos e grupos estejam declarados em leis, torna-se necessário que as leis possam impactar a sociedade, mudar mentalidades e comportamentos, gerar e nortear novas práticas capazes de concretizar o ideal democrático e assegurar os direitos e deveres de cidadania.

Desta forma, o combate à violência contra as mulheres ainda busca construir uma legitimidade social, ao reivindicar seus status de política pública, de afirmação de um direito de cidadania que pressupõe a igualdade entre homens e mulheres¹¹.

A fim de construir uma política integral de combate e prevenção à violência contra as mulheres, é necessário abarcar vários aspectos importantes como a criação de uma rede integrada e eficiente de serviços de atenção, conhecimento e sistematização dos dados sobre a violência, alterações legislativas, mudança de práticas no judiciário, capacitação de diversas áreas de profissionais que lidam com a questão, investimento na prevenção de



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
laboreuerj@yahoo.com.br
www.polemica.uerj.br

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA
Revista Eletrônica

médio e longo prazo, com políticas também no campo da educação e da cultura, e obviamente, políticas que fortaleçam a autonomia pessoal e econômica das mulheres.

Enfim, a complexidade da violência na sociedade não pode surgir de justificativa para que ações não sejam tomadas, ao contrário, deve servir de estímulo para minimizar seus efeitos negativos para a população e os segmentos da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Teles MAA, Melo M. O Que é Violência Contra a Mulher. São Paulo (SP): Brasiliense; 2002.
2. Minayo MCS, Souza ER. Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro (RJ): Fiocruz; 2003.
3. Costa IF. Polícia e Sociedade: Gestão de segurança pública, violência e controle social. Salvador (BA): EDUFBA; 2005.
4. Oliven RG. Violência e cultura no Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes; 1989.
5. Barros JMA. A utilização político-ideológica da delinquência. Encontros com a Civilização Brasileira. 1980; 1: 11-19.
6. Carrión F. De La violencia urbana a La seguridad ciudadana. Revista Pretextos. Lima: DESCO; 1996.
7. Oliveira WF. Violência e saúde Coletiva: contribuições teóricas das ciências sociais à discussão sobre o desvio. Saúde Social. 2008; 17(3): 42-53.
8. Souza ER, Lima MLC. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. Ciência e Saúde Coletiva. 2006; 11(2): 363-73.
9. Bandeira L, Almeida TMC. A violência contra as mulheres: um problema coletivo e persistente. In: Leocádio E, Libardoni M, organizadores. O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência. Brasília (DF): AGENDE; 2006.p. 19-43.
10. Alvarez S. Em que estado está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

laboreuerj@yahoo.com.br
www.polemica.uerj.br

LABORE
Laboratório de Estudos Contemporâneos
POLÊMICA
Revista Eletrônica

públicas com “perspectiva de gênero”. In: Faria N, Silveira ML, Nobre M, organizadores. Gênero nas políticas públicas. São Paulo (SP): Sempreviva Organização feminista; 2000. p. 9-25.

11. Godinho T, Costa ML. Para discutir uma política nacional de combate à violência contra a mulher. In Leocádio E, Libardoni, M, organizadores. O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência. Brasília (DF): AGENDE; 2006.p. 45-63.

12. Concha-Eastman A, Malo M. Da repressão à prevenção da violência: desafio para a sociedade civil e para o setor saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2007; 11(sup): 1179-87.

13. Deslandes SF. O atendimento às vítimas de violência na emergência: prevenção numa hora dessas? *Ciência e Saúde Coletiva*. 1999; 4(1): 81-94.

14. Schraiber LB, D'Oliveira AFLP. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. *Rev Interfaces – Comunic., Saúde, Educ.*; 1999; 3 (5):11-27.

15. Basterd LL. O avanço legislativo no enfrentamento da violência contra as mulheres. In Leocádio E, Libardoni M, organizadores. O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência. Brasília (DF): AGENDE; 2006. p. 65-89.

16. Almeida LCG, Diniz NMF. Violência sexual: desvelando a realidade que acomete as mulheres. *Rev Enferm UERJ*. 2004; 12 (1): 88-94.

Recebido: 03/09/2010

Aceito: 10/12/2010



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

laboreuerj@yahoo.com.br
www.polemica.uerj.br